

# A CRIAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DO HERÓI

## THE CREATION OF NATIONAL IDENTITY THROUGH THE USE OF THE HERO



**MONALISA LAURA BARBOZA MARIANO**

Graduação em Pedagogia pela Faculdade Anchieta (2010); Graduação em História pelo Centro Universitário Cidade Verde (2024); Professora de Ensino Fundamental I – Educação Infantil – na CEI Angela Maria Fernandes.

### RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso de graduação em História e Geografia trata-se de uma análise bibliográfica da historiográfica da concepção e legitimação de identidade nacional que surgiu no decorrer dos anos pelos estudos históricos e suas narrativas, à medida que a nação, sem tradição, sem passado, encontra suas raízes nacionalistas através de movimentos políticos que são resultado do século XIX na Europa, e, não por acaso. Verificando isto como processo natural do velho mundo em seus inúmeros usos de dados arqueológicos para fins políticos, ou seja, um amplo espectro ideológico: na Portugal de Salazar, na Espanha de Franco, na Alemanha de Hitler, entre outros. Ora sustentando políticas de dominação, ora justificando o controle de territórios reivindicados pela África e Ásia. Enfim, histórias que justifiquem o presente.

**Palavras-chave:** História; História do Brasil; Identidade nacional; Nacionalismo.

### ABSTRACT

This graduation work in History and Geography is a bibliographical analysis of the historiographical conception and legitimization of national identity that has emerged over the years through historical studies and their narratives, as the nation, without tradition, without a past, finds its nationalist roots through political movements that are the result of the 19th century in Europe, and not by chance. We

see this as a natural process in the old world in its countless uses of archaeological data for political purposes, in other words, a broad ideological spectrum: in Salazar's Portugal, Franco's Spain, Hitler's Germany, among others. Sometimes supporting policies of domination, sometimes justifying the control of territories claimed by Africa and Asia. In short, histories that justify the present.

**Keywords:** History; History of Brazil; National identity; Nationalism.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda história e literatura como caminhos diversos que convergem na construção de uma identidade nacional, suas representações do mundo social e práticas discursivas. Partindo do pressuposto, que a identidade é um processo pessoal e coletivo, ou seja, onde cada indivíduo define-se em relação aos 'outros', e, por sua vez integra o 'nós'.

Este trabalho busca no discurso histórico uma reflexão sobre narrativa literária brasileira ao longo de anos na construção do imaginário coletivo e o nacionalismo. Entre os principais argumentos temos a divisão do real e o não-real, ou entre a objetividade do mundo real e a subjetividade das construções imaginárias (CHARTIER, 1990). O que se entendi por discurso literário e, consagradamente, o seu símbolo maior e comum: o herói nacional.

Este trabalho dar-se-á pela pesquisa bibliográfica com o olhar histórico diante da narrativa literária que fundamenta a construção do real, tanto por parte da história quanto por parte da literatura.

### A CRIAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DO HERÓI

O herói é o elemento social que combate ao mal por todos os meios ao seu alcance e um exemplo de força para população em qualquer fase da vida, homens e mulheres, por ser o portador da esperança e ter sempre suas ações pautadas na moral e ética, pois conhece profundamente as leis do país que representa e práticas de convivência em grupo que enaltece em sua conduta ímpar.

“Em um estudo mais detalhado pode-se perceber que o conceito de herói está intimamente ligado à sociedade que o criou, bem como à época de sua criação. Isso porque as qualidades inerentes a um determinado herói devem estar intimamente ligadas aos valores de sua época e às necessidades de um povo” (TELLES, VALLE, 2014, p. 2).

E ainda, segundo Bruno Bettelheim em *A Psicanálise dos Contos de Fada* (2007) e Carl G. Jung em *Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo* (2008) apontam em seus escritos, o herói que é visto como uma necessidade psicológica do ser humano, sendo uma construção simbólica que cumpre funções importantes no nosso desenvolvimento.

O conceito do herói muda de acordo com o tempo e o lugar.

Com isso, entende-se que a história possui vários tipos de heróis e, conseqüentemente:

O herói nacional é a personagem da história de um povo que lutou em prol de seus cidadãos e praticou atos de autossacrifício pelo seu país e trabalhou em um grande feito no campo de batalha, ou ainda numa força de trabalho. Apesar da ausência de heróis na memória dos brasileiros, algumas figuras ilustres se destacam e parecem ter seus feitos históricos bem claros

para a maioria dos cidadãos. É o caso de Tiradentes, um herói com direito a feriado nacional, o que torna mais fácil a sua memorização e valorização (TELLES, VALE, 2014, p. 3).

“Logo, a história só se realiza no campo da representação, tanto de quem participou dos eventos do passado e deles deixou um registro, quanto de quem, no presente, busca recuperar aquelas fontes e delas fazer uma releitura” (PESAVENTO, 2000, p. 11).

E ainda, conforme Ricouer (1990, p. 30), “o discurso ficcional é quase uma história, na medida em que os acontecimentos relatados são fatos passados para a voz narrativa”.

Uma das principais questões da história e literatura é empenho na construção de identidade nacional brasileira através de seus discursos como a não identificação com a latino-americanidade, por exemplo.

Antonio Candido de Mello e Souza (1981, p. 24) afirma que “desde os primórdios, a literatura brasileira estava marcada pelo compromisso com a vida nacional”.

Neste sentido, constrói-se pouco a pouco um ensaio de representação do Brasil, de onde é varrida a palavra "criollo" como correlato do "nacional". Nacionais - os cidadãos brasileiros - seriam os elementos da elite branca e civilizada, escravista e proprietária de terras, que via no endosso seletivo do liberalismo a forma de preservar os seus privilégios diante do Estado Nacional nascente.

[...] Na falta de um passado clássico ou de uma Idade Média, José de Alencar vai idealizar o substrato nativo, nas trilhas do indianismo romântico que permite criar o "mito das origens" para o Brasil. Da loura Ceci com o índio Peri nascia, das páginas de O Guarani, um Brasil lusotropical, voltado para si mesmo e que edulcorava a saga da conquista. A positividade das virtudes do índio era afirmada como compensação simbólica diante da carência das tradições históricas que a Europa esbanjava. Romantizado o contato com o homem branco, como bem demonstra o love affair entre Iracema, "a virgem dos lábios de mel", e o lusitano Martim, a literatura recriava o passado. Ao recuperar elementos concretos da formação brasileira - a mestiçagem - realizava neles um deslizamento de sentido. A mestiçagem biológica que acompanhava a conquista era mediatizada pelo amor, e a força das armas cedia ante a afeição sincera que enobrecia mais ainda a figura do branco dominador. O resultado é uma recriação imaginária distante das condições concretas da existência, mas que não invalida a sua força enquanto representação. A leitura do real feita pelo texto literário era dotada de uma alta carga de positividade para a elite branca e escravista e se apresentava como plausível e conveniente. Enfim, o Brasil tinha um passado de que se orgulhar, distante do caráter de verdadeira operação militar realizada contra os índios (PESAVENTO, 2000, p. 10-11).

O complemento destas representações de identidade criada pela literatura seria dado pela fundação do Instituto Histórico e Geográfico em 1838, que se incumbiu da tarefa de constituir a fala autorizada sobre o passado.

“Mesmo o romantismo tardio de Castro Alves, que resgata a figura do negro como mártir do cativo, não implica um desvio daquele processo mental” (Id., 2000, p. 12). E posteriormente, exaltando o índio como já fora tentando com negro, vemos “Gonçalves Dias (1-Juca Pirama), a poesia romântica celebra de fato a superioridade dos brancos” (Id., 2000, p. 12).

Temos assim, os índios e negros como elementos da narrativa e não protagonista da história.

No final do século XIX surge um novo pensamento em termos nacionais que foi expresso pela chamada “geração de 70”:

Imbuída das teorias européias de Darwin, Spencer, Comte, Taine, Renan, esta geração buscava o universal de forma explícita, assumindo um cosmopolitismo declarado: o Brasil deveria acertar

o passo com a história, ingressando na modernidade de seu tempo. A Europa fornecia o padrão de refinamento civilizatório e de patamar cultural. Dela vinham as ideias, a moda, as novas técnicas, e o Brasil precisava acompanhar o trem da história, nem que fosse no último vagão (PESAVENTO, 2000, p. 10).

Se a mestiçagem ou miscigenação brasileira não fosse o futuro desejado até o positivismo da construção da nacionalidade como objetivo maior a ser perseguido.

Assim é que anos depois temos a redescoberta do Brasil pela geração modernista que explode em 1922, um olhar que reinscreve o passado e dirige o presente do novo Brasil.

[...] tem como fonte inspiradora as vanguardas européias e se propõe romper com o que chama de "passadismo", buscando atualizar o Brasil com o seu tempo. Neste caso, o acesso à modernidade se daria pelo caminho do universal, na busca da autenticidade brasileira. Ou seja, seria pelo cosmopolitismo que se revelaria o Brasil-real resgatado no localismo e não mais dissociado da sociedade. Esta nova brasilidade expressaria um endosso do urbano e do popular como fontes da cultura nacional.

[...] Este insight modernista do Brasil urbano e popular, entretanto, se converteria numa brecha na qual se insinuou a "redescoberta do Brasil", que teria sequência nos anos 30. A palavra de ordem era ir em busca de um outro país que se ocultava por trás das aparências. Se, por um lado, o explodir literário que se manifestou no pós-30 respondeu ao esgotamento de determinadas influências culturais, como a francesa, ou à caducidade das teorias raciais do século XIX, por outro lado, também se inseriu no contexto que emergiu da crise de 29 e da Revolução de 30. Em termos de Brasil, as alterações econômicas, sociais e políticas foram dadas pelo esgotamento do padrão de acumulação baseado na agroexportação, na emergência dos setores populares urbanos, na consolidação dos grupos detentores do capital industrial e na derrocada da hegemonia da elite cafeicultora. Estas transformações punham em evidência a necessidade de uma nova leitura do Brasil, à qual corresponde uma nova geração da identidade nacional.

[...] Estes inventores ou redescobridores do Brasil tiveram o mérito de focar a mesma realidade, povo e natureza sob um prisma diferente: Caio Prado Jr., introduzindo a ótica da luta de classes na história, resgatando com o olhar crítico de um marxista as contradições do processo; Gilberto Freire, destacando a positividade da mestiçagem através do mito das três raças; Sergio Buarque de Holanda, na sua busca da "mentalidade", enunciando a opção pelo popular e pelo urbano como forma de superar o elitismo da formação rural brasileira. Numa terra onde todos são barões, diria Sérgio, ficava difícil pensar o coletivo de solidariedade...

Se estes pensadores representavam, por assim dizer, o viés não literário de representação do real, nem por isso deixam de corresponder àquilo que demarcou Paul Veyne para o ofício do historiador: ele constrói uma temporalidade, recorta e seleciona os dados do real, reinventa o passado. Em outras palavras, estes pensadores do social reconfiguram a identidade da nação segundo os interesses e aspirações da sua época, articulando uma nova representação (ou novas representações) que expressasse a diversidade ocorrida. (PESAVENTO, 1922, p. 9-27).

Anteriormente vimos o uso de diferentes circunstâncias, à construção do herói e da identidade nacional sem um perfeito intercambiamento destas informações ou associações, este processo de manifestações materiais partilha de normas e valores. E perdurou por muito tempo.

Conforme Lima (2007, p.15):

Se, no Velho Mundo, a continuidade cultural instalada desde tempos muito recuados favoreceu a construção de histórias de longa duração, no Novo Mundo, a ruptura determinada pela conquista inviabilizou-as totalmente. O colonialismo construiu e se alimentou todo o tempo de figuras de alteridade, fundando e sustentando maniqueisticamente a identidade dos dominantes à custa da construção negativa do outro e da sua exclusão, como bem apontaram Hardt & Negri (2003: 141). Com isto, as genealogias passaram a ser traçadas no máximo até os conquistadores, remetendo a partir daí ao colonizador europeu, ou, na melhor das hipóteses, à nação africana de origem, apagando-se a ancestralidade indígena. Esta peculiaridade esvaziou consideravelmente nas Américas o potencial de exploração do passado pré-histórico para fins de construção de identidades nacionais.

No caso brasileiro, o passado pré-histórico, sem grandiosidade e sem magnificência, pouco foi explorado nessa direção.

Anderson (1983, p. 125) afirma que:

O fato de que as ideologias nacionalistas são em geral inculcadas, com grande eficácia, através do sistema educacional, dos meios de comunicação de massa e das normas administrativas, selecionamos o primeiro desses domínios, o do sistema educacional, para investigar em que circunstância e de que forma a arqueologia esteve a serviço da construção de uma identidade nacional em nosso país.

“Trata-se, no caso, de analisar de que forma foi apresentada aos futuros cidadãos brasileiros a origem da nossa formação social. A questão das origens permeia toda construção de identidade, seja ela pessoal ou coletiva, local ou nacional” (LIMA, 2007).

Como disse Ferro (s/d, p.15) “que ninguém se iluda: a imagem que temos dos outros povos e de nós mesmos, está associada à história que nos contaram quando erámos pequenos. Ela nos marca para o resto da vida”.

Não podemos assim deixar de entender que o ensino da História, em especial, “é um domínio particularmente sensível. A manipulação política, no caso, é feita sobre corações e mentes ainda em formação, que internalizam os modelos transmitidos como verdades inquestionáveis, assumindo-os como certos e reproduzindo-os vida afora, o que assegura sua manutenção” (Id., 2007, p. 15-16).

No primeiro dos momentos em que detectamos uma atenção cuidadosa ao passado remoto do Brasil, ao final do século XIX, a valorização das ciências - produzida pelo espírito positivista que impregnou todos os domínios da sociedade, em especial o da educação - estimulou uma aproximação entre o ensino secundário e o universo acadêmico. O compromisso elitista do primeiro com a erudição, com a formação intelectual e científica, trazia para o livro didático as produções mais recentes da academia. A valorização da tradição histórica, a necessidade de recuperação e conservação do passado, e até mesmo o culto a ele promovidos pela doutrina positiva acabaram criando um clima bastante favorável, no Brasil, para o estudo e a difusão da pré-história na segunda metade do século XIX.

Mas é o segundo momento que nos interessa aqui. Na década de 1930, o sistema educacional foi profundamente reformulado pelo Estado Novo. O regime até então federativo, descentralizado, foi substituído pelo Estado unitário e centralizador, fortemente nacionalista, para o qual era fundamental a construção de uma identidade nacional. Nesse projeto, as áreas da educação e da cultura assumiram uma importância estratégica, com dois órgãos concentrando as ações nessa direção: o Ministério da Educação e Saúde (MES) e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), de triste memória, encarregado de difundir a ideologia e uma imagem positiva do novo regime, por meio não só dos instrumentos de comunicação de massa da época, mas sobretudo da Revista Cultura Política, compromissada com a “história do povo brasileiro”.

A implantação da História do Brasil nos currículos como uma disciplina autônoma, associada à criação de uma série de agências culturais, como o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN e o Instituto Nacional do Livro, entre outras, foram algumas das medidas efetivas dessa política destinada à construção da nacionalidade brasileira. Por meio da valorização do patrimônio histórico, do culto ao passado, de uma ideia de “democracia racial” e de mestiçagem idealizada, emergia com novos contornos a nação brasileira. O passado, no caso, deveria ser uma fonte de explicação para o novo que surgia, legitimando-o.

Ao longo da década de 1940 e primeira metade da década de 1950, aumentaram qualitativa e quantitativamente, nos manuais, as informações referentes aos vestígios das populações pré-históricas e às hipóteses sobre o povoamento do continente. Esse ressurgimento de conteúdos relativos às origens e à pré-história está claramente relacionado à política cultural de Vargas de valorização do passado e de construção de uma identidade nacional. O índio passou a ser um elemento fundamental na arquitetura do mito da democracia racial, fundado na caracterização do povo brasileiro como uma “raça de mestiços”, expressão aglutinadora de qualidades positivas, morais e sociais.



Tratava-se agora de fundar a nação brasileira não mais a partir do europeu, mas dos autóctones, dando-lhe um caráter de autenticidade e conferindo-lhe uma identidade própria. Com essa ideia de mestiçagem - fruto da fusão de três “raças”, não obstante seu caráter implícito de pluralidade, de diversidade cultural e biológica – pretendia-se conferir uma unidade à nação, fundamental para o projeto de construção da sua identidade.

A iconografia de um livro didático da era Vargas, datado de 1944 – História do Brasil, de autoria de Basílio de Magalhães – ilustra claramente a estratégia de inculcar esse ideário sobre as mentes em formação, através da imagem. Na capa, concebida a partir dos eixos natureza/cultura, foram apostos ícones da nova identidade nacional, com Portugal saindo definitivamente de cena. Com a natureza ao fundo e a cultura em primeiro plano, é representada a exuberância de nosso território no céu, na terra e no mar, exaustivamente louvada durante a era Vargas em cantos coletivos enaltecedores e glorificadores da nação, como Aquarela do Brasil, Isto é o meu Brasil, entre tantas outras.

Conforme Gomes (1996, p. 192-194) essa proposta de:

[...] mestiçagem diluía não só a diversidade, como também a desigualdade entre índios, negros e brancos, gerando uma área de igualdade que se traduzia, magnificamente, por uma categoria político-cultural. Investigar as origens e a dinâmica desse processo de mestiçagem constituía-se na busca das próprias origens do valor da igualdade no Brasil [...]. Estava no passado a chave para compreendê-lo.

E ainda, Canclini (2000, p.188) “se é de fato possível afirmar uma identidade nacional sem reduzir as especificidades étnicas e regionais a um denominador comum, ou se ela comporta a diversidade. Uma possível saída para esse aparente impasse é pensar autonomamente identidade e cidadania, para que o nacionalismo possa coexistir com identidades multiculturais”.

Tudo isso é resultado do social e seu contexto que continua a florescer enquanto história e literatura evoluem e coexistem como disciplinas curriculares como aspectos ou parâmetros científicos, o que requer continua consciência, atenção e vigilância por parte da sociedade no que diz respeito a explicar a causa da construção da identidade, o uso do herói como seu protagonista que passou por anos da identidade nacional e vice-versa, uma relação intrínseca de política indiretamente.

Se no passado tivemos parte da sociedade envolvida no processo de criação da identidade nacional através do uso do herói, hoje verificamos o contexto social como determinante de sua história e seus respectivos protagonistas, seja ele um herói ou não.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto se verifica que a identidade nacional brasileira surgiu da necessidade de apropriação brasileira de sua história e este percurso identifica diferentes tipos de heróis de acordo com o tempo por sua natureza, estado e origem.

Essa personagem se coloca como espelho das inquietações, angústias e desejos da sociedade, o contexto social que encarna simbolicamente suas personalidades e suas ações. Na visão que se constrói, há uma alteração significativa, entre outras, com referência às visões anteriores da história e da literatura, ou seja, considerar as formas de pensamentos e de representações

anteriores como gastas para um olhar novo e assim reinscrever a busca do caminho universal da autenticidade brasileira.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1983.
- BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. Tradução de Arlene Caetano. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.
- CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Editora Pensamento, 2007.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: Estratégias para entrar na modernidade**. 3ª Ed. São Paulo: Edusp, 2000.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural, entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- FERRO, Marc. **Falsificações da História**. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d.
- GOMES, Angela de Castro. **História e Historiadores: A política cultura do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Tradução de Maria Luiza Appy e Dora Mariana R. Ferreira da Silva. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.
- LIMA, Tania Andrade. **A arqueologia na construção da identidade nacional: uma disciplina no fio da navalha**. *Canindé, Xingó*, v. 10, p 11-16, 2007.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.
- RICOEUR, Paul; OLIVEIRA, Carlos. Entretien avec Paul Ricoeur. In: BOUCHINDHOMME, Christian; ROCHLITZ, Rainer (Éd.). *Temps et récit de Paul Ricoeur en débat*. Paris: Cerf, 1990.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Literatura, história e identidade nacional**. *Vidya*. Santa Maria. Vol. 19, n. 33, jan./jun. 2000, p. 9-27, 2000.
- SOUZA, Antonio Candido de Mello e. **Formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- TELLES, Verônica; VALLE, Cléa Fernandes Ramos. **O mito do conceito do herói**. *Revista eletrônica do ISAT*, n. 2, p. 1-6, 2014.